

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 363334
Classificação 050502
Data 10.06.29



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / XI (1ª)

PERGUNTA Número **3949** / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
1 17 / 2010
O Secretário da Mesa

Assunto: **Não renovação da licença da BRAVAL de recolha de RIB - Resíduos Industriais Banais**

*Por determinação do SECDAR, a
Sra. Secretária da Mesa*

Destinatário: **Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território**

10.06.30

[Handwritten signature]

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Em recentes declarações públicas da Administração da Braval, empresa multimunicipal instalada na Serra do Carvalho / Póvoa de Lanhoso, foi denunciada a não renovação pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território da licença da Braval para recolher resíduos industriais banais. A concretizar-se a não renovação, significará:

- (i) Uma efectiva discriminação de uma estrutura pública a favor de uma estrutura privada, pondo em causa a concorrência, com a criação de um monopólio privado no Vale do Cávado na recolha dos resíduos industriais banais;
- (ii) prejuízos para a Braval, empresa multimunicipal, e logo para os municípios que a integram, pela não recuperação dos investimentos feitos no Ecocentro;
- (iii) prejuízos para os empresários dos concelhos abrangidos pela Braval (Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Verde, Amares e Terras do Bouro), quer por um aumento dos quilómetros de transporte dos resíduos industriais banais, quer pelas tarifas mais elevadas praticadas pela empresa privada.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio da **Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões explicam a não renovação da licença dos resíduos industriais banais à Braval? Integra-se tal «não renovação» numa política nacional nesse sentido? Que justifica essa política, a existir?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. Não considera o Governo que são violadas regras de concorrência entre operadores, caso a não renovação se concretize?
3. Que avaliação tem o Governo dos valores das tarifas praticadas pelos dois operadores no distrito de Braga? Tem a tarifa da empresa instalada (mal instalada!) em Fradelos (Vila Nova de Famalicão) em conta o ter o empreendimento recebido significativas ajudas públicas?
4. Vai o Governo reconsiderar a sua posição e renovar a licença à Braval?

Palácio de S. Bento, 29 de Junho de 2010

O Deputado:

Agostinho Lopes